

HISTÓRIA DE MATO GROSSO, DE VIRGÍLIO CORRÊA FILHO, E SEU PROJETO DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA *

SILVA, André Luiz de Jesus**
MARIN, Jérri Roberto***

A pesquisa que ora se expõe visa investigar a obra *História de Mato Grosso*, escrita em 1969, por Virgílio Corrêa Filho² e sua importância na construção de uma identidade local. O livro insere-se na redefinição da identidade mato-grossense ao construir e delimitar uma memória que promovesse um consenso entre as elites políticas do Estado com o fim de criar uma “memória de consenso” instituída.

Conforme alguns estudos que analisam os procedimentos de Virgílio Corrêa Filho, bem como a leitura da fonte, são capazes de externar a existência de uma preocupação em criar uma identidade para os mato-grossenses e valorizar os traços distintivos de Mato Grosso frente às crescentes migrações.

Desta maneira, tenta-se comprovar a hipótese de que, ao final de 1943, quando se encerra o banditismo local, consoante a colocação de Valmir Batista Corrêa³, há a adoção de uma consciência política na região, que visava instaurar uma semelhança, na natureza das atuações de grupos políticos locais. Esse novo regime poderia ter encontrado em Virgílio Corrêa Filho, a abertura necessária à instauração desta nova posição, por via do trabalho de cunho memorialista, do final da década de 1960, início dos 1970.

Segundo Zorzato⁴ há “a constituição de uma memória historiográfica e, por outro, (...) a utilização desta memória para justificar determinadas condutas e ações políticas” (ZORZATO, 1998, p. 02), favoráveis a grupos políticos com relações afínicas em Mato Grosso. A produção historiográfica de Virgílio insere-se nos “sistemas simbólicos” de Pierre Bourdieu⁵, sobre o seu funcionamento, incorporando a produção de Corrêa Filho ao caráter de instrumento, que como tal é capaz de

* Este trabalho é fruto de uma bolsa de Iniciação Científica, PIBIC — CNPq/UFMS, de mesmo título e ainda em execução, sob orientação do Prof. Dr. Jérri Roberto Marin.

** Graduando da UFMS, cuja produção se refere a uma Iniciação Científica do PIBIC — CNPq/UFMS; e-mail: tyrantc4c5@hotmail.com

*** jerrimarin@hotmail.com

² CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1969.

³ CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

⁴ ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade**: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). 1998. 181p. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH/Universidade de São Paulo, São Paulo.

⁵ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 1989, p. 11)

Tão logo o trabalho visa observar a construção de uma “memória de consenso” para o Mato Grosso, a partir da redefinição da identidade mato-grossense que, porventura, pudesse ter sido construída e delimitada em uma memória que promovesse um consenso entre as elites políticas do Estado.

Virgílio Corrêa Filho (1887-1973) foi uma dos escritores de grande notoriedade no âmbito da produção memorialística de Mato Grosso durante o período de 1920 até a década de 1970. Nasceu inserido em uma família pertencente às elites do Estado de Mato Grosso. Tem a formação intelectual efetuada no Rio de Janeiro, lugar onde se graduou em Engenharia.

A partir de 1912, casou-se com Edith, filha de Pedro Celestino, importante político mato-grossense, e depois de não conseguir se estabelecer na prática de sua profissão, na capital da República, voltou definitivamente ao Estado em 1915. Logo recusou um convite do General Caetano de Albuquerque, presidente do Estado à época, para administrar a Repartição de Terras em Cuiabá, devido às intensas pressões políticas que parte do grupo elitista, que formava a oposição na época ⁶, incutiu-lhe. Contudo, através de um novo convite para assumir a Repartição de Terras, dessa vez realizada pelo Bispo Presidente do Estado D. Aquino Corrêa, que o chamou também a responsabilidade de escrever as memórias da região, Virgílio Corrêa Filho expôs os motivos do aceite em sua primeira obra, de cunho memorialista, sobre o Estado, intitulada *Mato Grosso*, de 1922.

Posteriormente, publicou outras obras de caráter memorialístico. A produção é vasta: *Monografias cuiabanas* (1925), *As Raias de Mato Grosso* (1926), *Augusto Leverger: o bretão cuiabanizado* (1941), *Luis de Albuquerque: o Fronteiro Insigne* (1941), *Pedro Celestino: “o guia dos mato-grossenses”* (1945) e *História de Mato Grosso* (1969) ⁷.

A construção da “memória de consenso” e os conflitos políticos das elites

⁶ Para maiores esclarecimentos ver: ARAÚJO, Vinícius de Carvalho. **Paz sob fogo cerrado: três gerações na política de Mato Grosso (1945-2002)**. Cuiabá: UFMT/ ICHS, 2007. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, p. 14-17.

⁷ FRANCO, Gilmar Yoshihara. **A construção da identidade Mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho (1920-1940)**. 2007. 132 p. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, p. 47-49

Oswaldo Zorzato, em sua tese de doutorado, afirma que a “memória de consenso” fora um mecanismo delineado pela elite mato-grossense, logo no início do século XX (já instaurada a República), para “acomodar politicamente os segmentos sociais emergentes, colaborando, assim, para que surgissem e se afirmassem às especificidades regionais” (ZORZATO, 1998, p. 11), assentadas sobre uma identidade construída, que tinha como ponto central a colonização bandeirante e/ou europeia, que transmitiu as marcas distintivas do que é ser mato-grossense, sobre a fachada conotativa de civilidade.

Até aquele momento, através de viajantes, nacionais e estrangeiros, criaram-se características negativas ao Mato Grosso, que passou a ser visto como “um estado ‘atrasado’, ‘incivilizado’ e ‘selvagem’, dotado de uma gente ‘sanguinária’, ‘vingativa’, ‘preguiçosa’ e ‘ignorante’” (ZORZATO, 1998, p. 13). Dessa maneira, corrobora-se a essa construção, por parte da elite, da ideia de

uma explicação que dê conta de apontar um caminho rumo à civilização desejada, sem negar as especificidades que julgam ter. Assim, necessitam construir uma memória que os afastem daqueles adjetivos indesejáveis. Colocando-se como herdeiros e guardiães do povo a que pertencem, buscam construir imagens e representações através das quais querem ser vistos. Passam então a se considerar como sentinelas avançadas da civilização no sertão. (idem, IBDEM)

Ao mesmo tempo em que se cria a ideia de distinção dos indivíduos que estão fora do Estado, promove-se não apenas o silenciamento como, também, o reforço interno de estigmas a determinados grupos com a imagem de atraso, como o elemento indígena. Os Nambiquara, tendo por base as pesquisas de Roquette Pinto, que se refere aos estudos de grupos indígenas, são vistos com “seus instrumentos primitivos, empreendiam derrubada, que o fogo ultimava. Pau pontiagudo abria as covas para as plantações de milho, algodão, mandioca, urucu. Em vez de capinar, usavam arrancar as ervas daninhas” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 96).

Patrocina-se em conjunto, por via das elites, o ato de esconder “as desigualdades sociais existentes na sociedade local, mas também para unir facções políticas rivais em torno de um mesmo projeto de constituição de uma identidade própria” (ZORZATO, 1998, p. 12). Tal, dentro das intenções de Zorzato, empreende um entendimento de identidade, voltado para

uma situação de existência coletiva caracterizada pela vivência de muitos momentos históricos e que se expressa pelo sentimento de pertencimento e referência grupal comum. Nesse sentido, somente a união dos naturais “*da terra*” poderia garantir-lhes a primazia do mando. O fato de se procurar desde o início construir uma memória de consenso, onde todos são apresentados como pertencendo a uma “*mesma família*”, “*filhos do mesmo solo*”, etc, tem a ver com a necessidade de forjar, fortalecer e disseminar um sentimento de pertencimento ao grupo (idem, IBDEM).

Segundo Maurice Halbwachs⁸, a memória, em uma definição mais simples, é aquela correspondente a “memória coletiva”, que estabelece “uma sequência de acontecimentos” (HALBWACHS, 2006, p. 101) sustentados por um grupo e não por se prestar à concretização em uma narrativa.

Tal introjeta a definição mais simples de memória, que se deve a participação de uma sociedade que, sendo um grupo, promove internamente a lembrança de acontecimentos que funcionam como instrumentos que cravam marcos, de alguma maneira, a identidade daquele grupo. Já “o conteúdo inicial dessas lembranças, que as destaca de todas as outras, se explicaria pelo fato de estarem no ponto em que se cruzam duas ou mais séries de pensamentos, pelos quais elas se interligam a tantos outros grupos diferentes” (HALBWACHS, 2006, p. 48). As séries de pensamentos são representadas, basicamente, por um fenômeno individual, ou seja, por uma pessoa apenas, e por outro de ordem coletiva.

A memória se encontra nesta disposição devido às trocas constantes entre a memória individual e a memória coletiva, pois há um aproveitamento daquela em relação a esta e vice-versa, acerca dos testemunhos que serão basilares na construção de um marco histórico. Associado a esse proveito, as séries não deixam de concordar entre elas e estabelecem “muitos pontos de contato entre uma e outras para que uma lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum” (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Logo a memória coletiva “é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, não ultrapassa os limites desse grupo” (HALBWACHS, 2006, p. 102).

Ainda referente a isso, vê-se a existência de várias memórias coletivas, que se distinguem entre elas devido às diferenças de contexto que montam a possibilidade não só de realização de uma sequência de situações como também da instituição delas, já como acontecimentos, em sociedade. Assim é possível afirmar que “toda memória coletiva tem como suporte um grupo limitado no tempo e no espaço” (HALBWACHS, 2006, p. 106).

Consoante Halbwachs, “a expressão *memória histórica* não é muito feliz, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto” (HALBWACHS, 2006, p. 100). A história é uma construção narrativa que seleciona fatos da memória, porém ela só tem início a

⁸ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

partir do momento em que toda a tradição da memória social, que sustentava a recordação do acontecimento, deixa de existir.

A necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade e até mesmo de uma pessoa só desperta quando elas já estão bastante distantes no passado para que ainda se tenha por muito tempo a chance de encontrar em volta diversas testemunhas que conservam alguma lembrança (HALBWACHS, 2006, p. 101).

O autor ainda afirma que a história, por se prestar a análise detalhada dos acontecimentos

se torna erudita e a erudição é condição de uma pequena minoria. Quando, ao contrário, ela se atém a conservar a imagem do passado que ainda pode ter lugar na memória coletiva hoje, dela retém apenas o que ainda interessa às nossas sociedades — resumindo: muito pouco (HALBWACHS, 2006, p. 102).

Por representar uma pequena minoria, um grupo hermético que comanda as ações políticas e econômicas de uma região, como um estado ligado a uma federação (como é o caso do qual se propõe neste estudo), este grupo — uma elite —, no intuito de implantar a sua interpretação de uma memória, cuja exposição atende aos anseios que venham a propagar uma identidade (o que acaba por ser o seu maior objetivo), exige para tal a manipulação do acontecimento que se “transparece como a situação mesma, como produzido durante sua validade, enquanto sua existência” (VESENTINI, 1997, p. 30).

É dessa forma que aparecem, no cenário da luta pelo mando local, a figura dos memorialistas mato-grossenses, que tem por missão maior construir a versão definitiva da memória regional, atribuindo-lhe fulcros de verdade incontestáveis aos acontecimentos que relatam. Fazendo uso, como fonte, dos escritos de autores contemporâneos aos eventos, ou que se encontravam próximos do momento temporal dos mesmos, eles constroem uma estratégia narrativa para obter credibilidade ao tentarem transmitir veracidade ao seu texto.

Neste trecho tenta-se chamar atenção para a fonte bibliográfica usada por Corrêa Filho, que são a obra *Relação das Povoações de Cuiabá e Mato-Grosso*, de autoria de Barbosa de Sá, e os escritos do Padre Lemos Barbosa. A partir das afirmações desses autores, puderam-se legitimar as colocações de Corrêa Filho, de modo a considerar a sua obra como um trabalho sério a nível científico, haja vista o seu rigor na escolha das referências e no uso, ao longo de toda obra, de notas de rodapé, gráficos estatísticos e demais instrumentos colocados a disposição no texto.

Embora manejassem arcos e flechas, estólida e uapema, e se contassem por mais de trinta mil, “os índios é gente muito frouxa, o seu exercício é comer, beber e dançar e tremem

dos portugueses por saberem que andam pelo sertão sem mais mantimento que o que adquirem com as espingardas, machados e anzóis” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 258).

Evita-se, com isso, qualquer mecanismo que vise ao estabelecimento de contestação dos discursos e afirmações tecidas em seus textos. Torna-se claro que tais textos foram devidamente selecionados, assim o “pressuposto de qualquer lembrança, como ponto comum a qualquer análise, o fato apresenta-se como marco, ao qual se procura referenciar um mundo de questões, as quais teriam tido previamente, no pensamento, algum grau de realização e de existência lá”. (VESENTINI, 1997, p. 44)

Essa situação ocorre de modo semelhante com os personagens adotados por Corrêa Filho, entre eles Pascoal Moreira Cabral, do qual lhe “reservou o destino o privilégio de iniciar a nova era da região, de que surgiu Mato Grosso” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 196).

Embora houvesse mister de desenvolver perseverante resistência contra os obstáculos naturais, que se opõem à ocupação humana de regiões desabilitadas, e capacidade incontestável de chefia, para manter a disciplina entre os condutícios, crescidos à sombra do individualismo irrestrito, não se distinguia pela energia destemperada.

Ao contrário, extremava-se entre os contemporâneos pela amenidade no trato. “Homem chão, sem letras, pouco polido, de agudo entendimento, sincero, sem maldade alguma, de extremada caridade com os próximos, a todos servia e remediava com o que tinha e no que podia, amigo de Deus pelo que mostrava em suas ações, esperto nas malícias dos sertões e no exercício de minerar pelo ter já exercitado nas Minas Gerais, valoroso e constante no trabalho”. (idem, IBDEM)

Os elogios a Pascoal Moreira Cabral, visavam deixar claro que aquele homem detinha os atributos necessários para chefiar e organizar as ações dos demais homens que construiriam na região, o que futuramente seria Mato Grosso. A experiência do personagem acerca das extrações auríferas, conforme colocação efetuada por Barbosa de Sá, novamente usado pelo autor dentro da citação, reforça o caráter a ser patrocinado junto ao personagem, ao sustentar a ideia de que ele era o homem certo para comandar os empreendimentos que trariam o desenvolvimento a região.

Diante dessas colocações, lança-se o olhar ao conceito de Benedict Anderson⁹, da nação como uma “comunidade imaginada”. A nação “é uma comunidade política imaginada — e imaginada como implicitamente limitada e soberana”¹⁰. Tais fatores contribuem para o uso do termo *comunidade*, que pressupõe “um companheirismo profundo e horizontal” (ANDERSON, 1989, p. 14). Para tal era necessário “mobilizar certas variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente e podem operar potencialmente, dessa forma, na escala

⁹ ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

¹⁰ Limitada devido a sua atuação restrita a um determinado grupo de indivíduos que vivem em um espaço delimitado, do qual o termo possa ser usado. *Soberana*, no sentido de que o Estado não teria qualquer tipo de interferência de alguma instituição externa, acerca das suas atuações. ANDERSON, 1989, p. 14.

macropolítica que se ajustaria às nações e aos Estados modernos”¹¹. A nação e as suas variáveis são antes de tudo uma construção vocabular política¹² “de grupos seletos mais diretamente ligados a Estados e instituições, capazes de uma eventual generalização, extensão e popularização” (HOBSBAWM, 2004, p. 64).

Dessa maneira tem-se a construção da “ideia nacional”¹³, pautada na concepção da existência da nação desde os tempos imemoriais, desvinculando-a de qualquer estrutura

¹¹ Essas observações fazem parte da existência do *protonacionalismo* (que abrange o período de 1880-1918), que era usado pelo Estado e pelos movimentos nacionais, no intuito de melhor concretizar as vinculações de companheirismo. Ver: HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 63.

¹² Ao realizar leituras a obra de Marilena Chauí (*Brasil: mito fundador e sociedade* autoritária), tem-se acesso a interpretação da autora acerca das colocações de Hobsbawm. Assim, deve-se “datar o aparecimento de ‘nação’ no vocabulário político na altura de 1830, e seguir suas mudanças em três etapas: de 1830 a 1880, fala-se em ‘princípio da nacionalidade’; de 1880 a 1918, fala-se em ‘idéia nacional’; e de 1918 aos anos 1950-60, fala-se em ‘questão nacional’”. Nessa periodização, a primeira etapa vincula nação e território, a segunda a articula à língua, à religião e à raça, e a terceira enfatiza a consciência nacional, definida por um conjunto de lealdades políticas. Na primeira etapa, o discurso da nacionalidade provém da economia política liberal; na segunda, dos intelectuais pequeno-burgueses, particularmente alemães e italianos, e, na terceira, emanam principalmente dos partidos políticos e do Estado”. (CHAUÍ, 2000, p. 16)

¹³ Alia-se a isso a concepção de identidade, exposta por Stuart Hal, sobre a construção do “sujeito sociológico”, cuja observação se dá em um indivíduo, único, só, que é dotado de toda uma essência que o torna capaz de possuir características que lhe são próprias e das quais se verá apenas uma semelhança, e não um padrão de igualdade com outro indivíduo. Mas, essas características são adquiridas através de um “diálogo contínuo com os mundos culturais ‘exteriores’ e as identidades que esses mundos oferecem”. Ver: HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006, p. 11.

Com isso é possível a cada pessoa a absorção de variadas identidades do plano social ao qual estão inseridas e que são, posteriormente, projetadas por via de cada mesmo indivíduo à sociedade. Isso “contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito a estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis”. (HALL, 2006, p. 12).

Mas é importante se salientar que esta concepção sociológica é uma construção dos séculos XIX e boa parte do XX, que graças ao processo de industrialização crescente na Europa propiciou maiores contatos entre os indivíduos, não só da sociedade europeia, como também estendeu a outros continentes, que tiveram maiores contatos com os europeus.

Além dessa “concepção sociológica”, Hall ainda tece colocações sobre mais duas outras concepções: a propiciada pelos intelectuais que formaram o Iluminismo (“sujeito do Iluminismo), em pleno século XVIII, e que viam o indivíduo como um ser centrado, unificado e cujo centro pessoal de cada ser, ou seja, a sua composição ou faculdades internas lhe atribuía a própria identidade; e a responsável pelo “sujeito pós-moderno” que é aquele cuja identidade se torna indefinida, móvel, provisória dentro das relações humanas, impossibilitando, assim, qualquer condição de se apontar um indivíduo como membro de algum grupo étnico, nacional, de minorias, entre outros. Tem-se com isso um fluxo contínuo de trocas identitárias de acordo com a necessidade de cada um. Ainda em relação ao último, iniciado no terço final do século XX, efetiva-se o advento da finalização do “processo de colonização” da Europa nos continentes e percebe-se a existência, durante o processo, de um regime de hibridações culturais entre as culturas, de modo a não se estabelecer a “perda” ou “supremacia” de uma cultura em relação à outra. Mesmo com o encerramento oficial do processo, hoje se nota uma postura inversa a anterior, agora são os “colonizados” que vão até os “colonos”, propiciando um novo regime de trocas identitárias.

Com a “ideia nacional”, desenvolve-se a “questão nacional” (período que segundo Hobsbawm abrange os anos de 1918 até 1950/60), que se nutre de todas as construções anteriores para exprimir a identificação nacional, adequada as sociedades urbanizadas, através dos meios de comunicação de massa (imprensa, cinema e rádio). Ao aliar-se tal estrutura a habilidade de transformar símbolos construídos como mecanismo de identificação de massa, tem-se o rompimento das “divisões entre as esferas privada e local, nas quais a maioria dos cidadãos normalmente vivia, para as esferas pública e nacional”. (HOBSBAWM, 2004, p. 170).

religiosa, de classe ou apelo político. Trata-se, portanto, de uma construção artificial que apaga as diferenças e constrói uma unidade, cuja carga genética é estruturada sobre construções literárias e a externalização de dados coletados por cronistas, memorialistas e historiadores vinculados, de alguma forma, a membros da elite social.

Essa postura desenvolvida pelas elites estaria pautada na concretização das formas de luta¹⁴ pelo mando local, emprestando aos autores (já inseridos neste segundo momento) das colocações literárias os subsídios, sejam na ordem de inserção familiar, na participação em projetos políticos ou mesmo em um melhor ajustamento financeiro, o que resulta em uma produção biográfica que

exemplifica uma das formas características da historiografia mato-grossense posto que os autores, ao falar dos acontecimentos que consideram constitutivos da história local, registram a participação de seu próprio grupo. Em outras palavras, o expediente da biografia é uma das formas que utilizam para mostrar como gostariam de ser vistos (ZORZATO, 1998, p. 141).

Dentre os nomes, destacam-se: Joaquim Giraldes da Veiga Cabral, Joaquim Duarte Murtinho, Cândido Mariano da Silva Rondon, D. Francisco de Aquino Corrêa, Fernando Corrêa da Costa, entre outros, que denotam essa característica, esboçada por Zorzato, como também toda uma trajetória histórica que, porventura, envolveu esses nomes a um grande grupo, não muito coeso, ao se observar o caminho dos conflitos estabelecidos entre a própria elite no decorrer da primeira metade do século XX, mas que servem de marcos de legitimidade em favor da construção dos traços defendidos para a região, mais bem reforçadas ao se aproximar a imagem desses nomes a um heroísmo advindo de suas ações preservacionistas desses mesmos costumes instaurados¹⁵.

¹⁴ Faz-se mister expor que no trabalho de Gilmar Yoshihara Franco, há o delineamento de duas formas de luta pelo mando local, que facilitaram a efetivação dessa construção: o primeiro, proveniente do final do século XIX, faz parte, literalmente, dos “enfrentamentos e dos contornos das disputas políticas que elas possuíam. A segunda começou a acontecer no início do século XX, a partir das ações de intelectuais, com a publicação do *Quadro Corográfico* (1906) e do *Álbum Gráfico de Mato Grosso* (1914) e se intensificam, a partir do governo de D. Aquino em 1918” (FRANCO, 2007, p. 28).

¹⁵ O longo trecho a seguir expõe o desejo, necessidade, que os governantes da região, nas mais diferentes épocas, detinham para promover a escalada de crescimento de Mato Grosso, não obstante essa empreitada significou para Corrêa Filho a chance ímpar de promover mais um reforço positivo da imagem dos políticos a época da obra, pois é como se vinculasse os grandes nomes da história da região aos nomes contemporâneos, tornando possível o delineamento de uma linhagem política, cuja obsessão comum era fazer com que as ações promovidas e o longo período no poder fizessem tudo dar certo.

“Para a nobilitação dos governantes coloniais, que bem souberam desempenhar a sua missão, basta o nome de D. Antônio Rolim de Moura Tavares, fundador do governo da Capitania, em cujo exercício permaneceu por 14 anos menos 16 dias, de Luís de Albuquerque de Melo Pereira Cáceres, que se devotou, auxiliado por técnicos abnegados, (...) a preparar as bases de seu plano geral de fronteira, durante 17 anos menos 23 dias, de João Carlos Oeynhausien Grevenberg, por 11 anos observador atento e precavido da derrocada do imperialismo colonial espanhol na vizinhança, que lhe exigia providências diplomáticas, acauteladoras da tranquilidade interna, ameaçada de contínuo.

Complementando, através das contribuições de Bourdieu: “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 1989, p. 15).

E sim da competência daqueles que patrocinam o uso desse poder na construção de uma identidade de descendência bandeirante/europeia, que visa sempre à efetivação de discursos que propiciem a ideia de desenvolvimento, aliado a confirmação da postura do diferenciar-se do indivíduo que não se adéqua ao padrão.

Acerca da constituição do bandeirante veem-se

as características lusitanas da intrepidez e energia e perseverança no levar a termo arrojadas aventuras, à semelhança do que fizeram os seus ancestrais, através dos “mares nunca dantes navegados”, o elemento feminino familiarizava os seus filhos com as solicitações da terra ainda bravia, incutia-lhes o gosto de conhecer-lhes as peculiaridades, ao mesmo tempo que lhe aguçava os sentidos para bem compreendê-las (CORRÊA FILHO, 1969, p. 102).

Observa-se neste trecho a conjunção que deu origem ao tipo de homem ideal para habitar as terras mato-grossenses. Esse homem era filho do europeu aventureiro, que detinha a sede por aprimorar o seu conhecimento, já superior. O papel da mulher indígena seria referente apenas a transmissão aos descendentes deste homem (o bandeirante) do saber necessário para enfrentar os perigos da terra isolada, sem ferir os princípios da civilização.

Mas, ao mesmo tempo em que se observa todo um esforço para se promover a identidade local, do que é ser um legítimo mato-grossense, há nesse procedimento dúvidas sobre a sua eficácia para o estabelecimento de uma unidade interna na elite local no início do século XX (haja vista a participação dos autores como peças de apoio a serviço de uma ou outra facção política), de modo a evitar conflitos excessivamente intensos em Mato Grosso. Dessa forma, tem-se o desenvolvimento de um regime coronelista, que parece deter características próprias na região, do qual se observam dois momentos: o primeiro

quando bandidos e bandos foram arregimentados e protegidos pelos coronéis que graças à sua capacidade de mobilizar homens armados, vincularam o banditismo à política local e às disputas pelo poder. A segunda fase do banditismo em Mato Grosso, por sua vez marcou o aparecimento de grandes bandos com destaque de alguns bandidos que adquiriram fama e lenda além das fronteiras mato-grossenses (CORRÊA, 1995, p. 17).

Semelhantemente, a relação dos presidentes de Província, no regime imperial, aponta personalidades, no começo de carreira ascendente, como José Antônio Pimenta Bueno, ou que já tinham adquirido merecida nomeada, a exemplo do Senador Herculano Ferreira Pena, do Dr. José Vieira Couto Magalhães, e em período mais alongado que os demais, do bretão cuiabanizado — Augusto Leverger, barão de Melgaço, — que mal a seu grado governou seguidamente por mais de seis anos, além das interinidades” (...). (CORRÊA FILHO, 1969, p. 14)

Os conflitos se desenvolveram sob uma óptica em que a posse de terras não era apenas a fonte de estruturação da economia local, como também estabeleciam o

monopólio de um reduzido grupo, caracterizando um processo de concentração de terra e a formação de uma elite de grandes proprietários, marginalizando, em contrapartida, uma grande maioria da população que, como alternativa de sobrevivência, teve de vender a sua própria força de trabalho (CORRÊA, 1995, p. 62).

Por fim Valmir Corrêa afirma que

As lutas coronelistas dos primeiros tempos da República tiveram o duplo e contraditório efeito de fermentar o germe do separatismo e, ao mesmo tempo, preservar o cordão umbilical, aparentemente frágil, que manteve sob o domínio e controle da oligarquia nortista (CORRÊA, 1995, p. 137).

Retomada do projeto da memória de consenso em conjunto da política do Estado Novo

O controle exercido pela oligarquia nortista, em parte, podia estar de acordo com os princípios de nacionalismo do período do Estado Novo, na qual Getúlio Vargas, como mandatário da nação à época, implanta, através de uma política em que o “Estado penetra nos domínios da Sociedade Civil, assumindo claramente o papel de *direção e organização* da sociedade. Assim, se auto-elege o educador mais eficiente junto às classes trabalhadoras, argumentando ser o ‘bem público’ o móvel de sua ação” (OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES, 1982, p. 72).

Com tal atitude, o Estado assume as funções de organização e administração sociais, antes destinadas às diferentes elites representadas em cada presidência de Estado. Há, portanto, um deslocamento das responsabilidades de ação social, das regiões para o Estado, o que possibilita a este uma organização política que “cria aparatos culturais próprios, destinados a produzir e a difundir sua concepção de mundo para o conjunto da sociedade” (idem, IBDEM).

De modo mais específico, vê-se, na época, com a crise econômica do sistema liberal, a adoção de novos princípios de organização da sociedade, relacionados ao caráter de implantação do emprego a todos os indivíduos, de modo a combater a pobreza, algo que, com relação ao último, anteriormente não demonstrava sinais de incômodo. A base dessa nova condição estava colocada nas condições jurídicas criadas para se dar o aparato necessário ao trabalhador: legislação trabalhista, previdenciária, sindical e instituição da Justiça do Trabalho.

Em conjunção, tem-se a ação coercitiva do Estado, por via do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) ¹⁶. Sendo este órgão subordinado diretamente ao cargo de presidente da República, e impondo condição semelhante aos Deips (filhados menores dos estados), possibilita a difusão da concepção político-ideológica do Estado Novo, de centralização e controle máximo do poder, a fim de manter-se por meio da adoção de ações, necessárias à época, a nível social.

No que se refere a escrita de Virgílio Corrêa Filho, ela se encontrava em sua segunda fase¹⁷, ao coadunar justamente com a estrutura política da ditadura varguista. Tendo como característica dar continuidade as posições escolhidas na primeira fase de sua produção, ao mesmo tempo em que a política nacionalista de Vargas efetiva o projeto de finalização das estruturas coronelísticas no país (em se tratando de Mato Grosso, como já mencionado, tal teria ocorrido em 1943), tem-se a possibilidade de re-implantação, possivelmente, com o devido apoio prático, da “memória de consenso”.

o mato-grossense retemperou as fibras herdadas dos ancestrais, e superando os obstáculos opostos à sua prosperidade e ascensão, comprovou aptidões para as mais variadas profissões.

A labuta derreante nas fazendas de gado, nas roças, nas indústrias extrativas, nos rios navegáveis, ou na defesa do seu rincão contra o invasor ousado, enrijou-lhe o organismo, que também se adaptou às exigências da cultura intelectual. (CORRÊA FILHO, 1969, p. 14)

Vê-se com o trecho, a defesa de que existe por parte do mato-grossense um princípio ativo que o faz superar todas as ações que possam representar a diminuição de seu desenvolvimento. Aliada às qualidades, de cunho físico, provenientes dos ancestrais (bandeirante/europeu), observam-se a continuidade de um processo de identidade comum, que envolve a exaltação de nomes que representam a elite do estado em várias profissões, como medicina, engenharia e direito, procedendo aí um processo histórico de “empreitada intelectual”.

¹⁶ “A entidade incluía as seguintes divisões: divulgação, radiodifusão, cinema, teatro, turismo e imprensa, cujo objetivo seria o de ‘centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa’. Estava incumbida de sistematizar as informações para os ministérios e entidades públicas e privadas em matéria de propaganda nacional” (idem).

¹⁷ Tal, segundo Gilmara Franco, fora realizável a partir de 1926, e sendo possível devido a mudanças nas relações políticas existentes em Mato Grosso, pois o grupo de Pedro Celestino passara por uma divisão, de modo que, juntamente as produções já efetuadas por Corrêa Filho, que obtiveram aceitação da elite do estado, puderam lançá-lo ao reconhecimento nacional, possibilitando-o a vincular-se ao IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), em 1931, e ao Conselho Nacional de Geografia, em 1939 (FRANCO, 2007, p. 104). A primeira fase fora caracterizada por inserir uma identificação do significado de ser mato-grossense, com a valorização da elite e adequação de outros grupos em posição secundária.

Construção da obra de Corrêa Filho para uma concepção de “ser” Mato-grossense.

A produção de Virgílio Corrêa Filho se apresenta dividida em treze capítulos, nos quais há exposição desde as características da geografia física do Estado, das “raças” a ocuparem a região, o período colonial em conjunto da exploração aurífera, período alburquerqueino até a participação de D. Aquino Corrêa, finalizando com um capítulo que analisa os “Aspectos Sociológicos” de Mato Grosso.

Acerca do primeiro capítulo, o autor tece colocações estatísticas sobre o relevo, o solo, o clima, os rios, os recursos minerais, a vegetação e a fauna, no intuito de constatar a incolumidade da região que, graças a isso, possui um imenso potencial econômico, com a produção agrícola e a extração de manganês e ferro, que embora não tenha, inicialmente, sido perceptível aos olhos dos primeiros europeus, justificado devido “a imensidão territorial, todavia, dificulta o exame global por uma só pessoa” (id, *ibid*, p. 25), fora corrigido aos poucos, *a posteriori*, através da presença dos bandeirantes.

Diante da grande extensão do Estado, seu clima possui certa diversidade, dependendo da localidade vista, o que imprime um regime diferenciado de precipitações, tanto na região pantaneira, como no cerrado e no trecho de composição amazônica, que coadunam com a temperatura elevada.

Com um solo que “apresenta grande variedade de tipos, desde os mais férteis até os praticamente estéreis” (id, *ibid*, p. 30), Mato Grosso de uma maneira geral é exposto como um lugar que propicia intenso progresso devido a elevada capacidade agrícola, visível no “surto admirável da Colônia de Dourados, para onde convergem, na atualidade, pretendentes de terras oriundos tanto das conchilhas gaúchas, como das caatingas nordestinas e regiões interjacentes” (id, *ibid*, p. 31).

No capítulo seguinte, intitulado “O Homem”, Virgílio Corrêa Filho esboça descrições sobre os três grupos de “homens” que constituíam a região: os indígenas, os bandeirantes e os africanos. Quanto ao primeiro grupo tem-se a sua exposição, em geral, como bandos formados por pessoas afastadas do convívio civilizado, com uma postura hostil a aproximação branca. A partir das declarações de cronistas (como Otto Klauss e Wilhelm Von den Steinen, que participaram de uma expedição investigativa sobre os indígenas em fins do século XIX), de salesianos (como os padres Ezequiel Fraga e Antônio Colbacchini) e líderes de missões de bandeiras dos séculos XVIII e XIX, nota-se que os grupos costumavam efetuar assaltos “aos estabelecimentos agropastoris mais distantes e também as expedições punitivas, organizadas oficialmente” (id, *ibid*, p. 79).

Esses depoimentos, como dito anteriormente, são efetuados por cronistas e líderes de expedições, entre eles Pires de Campos, um líder bandeirante que comandou campanhas entre 1742 e 1755. Esse nome, bem como outros, são apontados ao longo da obra como grandes autoridades durante o processo de ocupação e civilização de Mato Grosso, sobretudo pela sua capacidade de negociar com os indígenas. A título de exemplo, Corrêa Filho menciona a atitude de afastamento dos Bororos acerca dos bandeirantes, mas a mesma fora relevada com Pires de Campos que os influenciou

fora de seus domínios tradicionais, mercê da habilidade do sertanista em cativar-lhes a confiança.

Pires de Campos, todavia, não teve imitadores, de sorte que os silvícolas não mais reconheceram a chefia de nenhum homem branco. Afastaram-se do convívio civilizado. E tornaram-se perseguidos, como outro qualquer grupo indígena, e hostis aos invasores de suas terras. Por século e meio ainda se conservaram refratários à amizade que se lhes oferecia, embora acompanhassem de perto a expansão do povoamento pela região onde nasceram. (id, IBIDEM)

Vê-se com o trecho o reconhecimento da boa negociação deste bandeirante junto aos indígenas, de modo que a sua saída resultou no fim das colaborações antes prestadas. A externalização de seu nome vem a contribuir para as intenções do autor, juntamente da elite que o patrocinara, de construir um imaginário¹⁸ sobre o início dos trabalhos de civilização de Mato Grosso. Isto não atribui, especificamente, a este bandeirante o título de herói, no entanto ele se torna digno de menção como um daqueles que cooperaram para a implantação do processo civilizatório local.

Em seguida descrevem-se os bandeirantes que se caracterizam por uma correção

de modo feliz a excessiva rigidez, dureza inteiriça e fragueira do colonizador europeu do século XVI; o índio, nesse amálgama, trouxe o elemento mais afinado, a agilidade física, os sentidos mais apurados, a intensa observação da natureza quase milagrosa para o homem branco. (CORRÊA FILHO, 1969, p. 99)

Com a descrição dessas características sobre a formação originária do bandeirante, o autor inicia a exposição das conquistas imputadas a esta estirpe, desde o achado das lavras auríferas e parte dos escritos quanto ao uso, até as atuações exploratórias de Pascoal Moreira Cabral (em torno de 1720) à região. Acerca deste último, a narrativa explícita

¹⁸ “A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também (...) por símbolos, alegorias, rituais, mitos”. (CARVALHO, 1990, p. 10)

as dificuldades encontradas para se chegar a um território tão longínquo e inexplorado, porém Cabral

conseguiu formar, no recesso dos sertões, o povoado que, distante, por centenas de léguas de outros núcleos sociais, já constituídos, cultivou a herança das qualidades ancestrais, sem sofrer influência acentuada de outros fatores, que o afastamento dificultava.

Mais tarde, acolheu de bom grado forasteiros de várias procedências, raros, porém, quando já se achavam estratificadas as peculiaridades dos cuiabanos, como genuínos descendentes dos bandeirantes, que lhes formaram a componente racial preponderante. (id, *ibid*, p. 104)

Além dessa proeza, inserindo-se no trecho referente aos africanos, reivindicam-se adiante outros esforços, a Rodrigo César de Menezes (governador de São Paulo), sobre as “normas de bem viver” dos escravos negros da região¹⁹. Tais normas visavam, consoante interpretação, inserir nos escravos os hábitos que condiziam as conveniências da época, sobretudo no que diz respeito ao contrabando presente nas lavras. Ao se seguir as regras o autor esclarece o quão claro as “peculiaridades regionais afiguravam-se-lhes propícias ao abandono das senzalas. A pouco e pouco foram constituindo arraial nas matas do rio Galera, com a sua legislação peculiar” (id, *ibid*, p. 106). Com isso tenta-se demonstrar não só a liberdade dada aos escravos, mas o avanço especial da sociedade mato-grossense à época.

Avanço esse que, segundo o autor, se repete no final do século XIX, com atuação da Sociedade Abolicionista de Mato Grosso, criada em 1883, da Sociedade Galdino Pimentel e do Clube Emancipador Mirandense, que antes da data oficial, 13 de maio de 1888, promovem a libertação dos escravos, respectivamente, nas datas de 29 de abril de 1886 (envolvendo os dois primeiros grupos) e 12 de fevereiro de 1885. Essas duas últimas colocações, naturalmente, evidenciam um dos objetivos da obra de Corrêa Filho que é expor o potencial desenvolvimentista da região, seja qual área for²⁰.

¹⁹ “Vedou-lhes o uso de ‘armas, facas, catanas’, encobertas debaixo dos capotes, sob pena de açoites, e multas aos senhores.

Em análogas sanções incorreria o negro de tabuleiro, que fosse às barras auríferas vender as suas quitandas. Também não poderiam frequentar as tabernas e ranchos, salvo em companhia de seus senhores, para não entreterem comércio clandestino, proveniente de furtos. O infrator, além de açoite em público, seria degradado para São Paulo, caso gozasse as regalias de fôrro.

Os escravos, além de castigados, ainda causariam aos seus donos a multa de 200 oitavas. Também pagaria a quantia de 60 o responsável pelo escravo que levasse tabuleiro fora da Vila, para mercancia. Pilhado em flagrante, seria preso e açoitado pelas ruas públicas.

As providências punitivas indicam hábitos contrários pelos negros, que logravam manter transações com os seus clientes das lavras, em prejuízo dos senhores”. (id, *ibid*, p. 105)

²⁰ Mas também elas suscitam uma questão, a ser respondida em outro trabalho ou mesmo por via de leituras, caso disponíveis, sobre a escravidão em Mato Grosso: a impressão de maior liberdade aos escravos seria fruto de características próprias da região desenvolvidas ao longo do tempo, ou elas não ultrapassam a mera necessidade discursiva do autor de alimentar a identidade local com figurações positivas?

Posteriormente há menção das “Componentes étnicas modernas”, o que nada mais é do que uma apresentação estatística²¹ que comprovasse a grande participação de pessoas oriundas de São Paulo e de outros países, sobretudo europeus, a partir do final do século XIX, em um processo de reforço da população cuiabana, já formada, mas fora aprimorada com a presença desse contingente. Tal exposição deixa claro o princípio político na época de homogeneização²², tendendo a uma construção do tipo brasileiro.

Na sequência da obra, Corrêa Filho dá continuidade a uma narrativa detalhada sobre os acontecimentos chave da ocupação do território mato-grossense pelos exploradores Aleixo Garcia, Irala, Céspedes e Cabeza de Vaca, representantes das ações espanholas, até chegar a Pascoal Moreira Cabral e o procedimento do “Ciclo da mineração aurífera”. Quanto ao último, há descrição de como era extraído o ouro, o aumento das arrecadações do erário real, a desvalorização das residências com o fim do “ciclo” e as relações estabelecidas em Cuiabá diante do processo, no que diz respeito, principalmente a “semelhança do que se dera em Minas, a fome entrou a rondar os sertanistas, alguns dos quais procuraram salvar-se por meio do afastamento para outras paragens” (CORRÊA FILHO, 1969, p. 204). “A vida, em verdade, não corria suave em Cuiabá nos primeiros tempos” (id, *ibid*, p. 205)²³.

O autor segue uma trilha descritiva semelhante para delinear o perfil de Antonio Rolim de Moura, com longas narrativas sobre a sua viagem a Mato Grosso, os confrontos com os indígenas, as rotas comerciais das monções (através do porto de Cuiabá, passando pelo rio Paraguai e Jauru), a forma de administração do local e suas dificuldades financeiras²⁴.

Luís de Albuquerque de Melo e Cáceres é apresentado como um ilustre herói local por ter assumido o governo da Capitania momentos após a assinatura do Tratado de Madri (1750). Cabia a ele a incumbência de efetivar o acordo entre Portugal e Espanha,

²¹ Para maiores detalhes ver: CORRÊA FILHO, *op. cit.*, p. 113-114.

²² Dentro desse processo, constituído no século XIX “é possível considerar as propostas de José Bonifácio como expressão de uma ideologia da nacionalidade, tendo como meta a construção da Nação, concebida como um todo homogêneo. Em tal esforço de homogeneização, Bonifácio definiu o ‘índio’ e o ‘negro’ como problemas a serem resolvidos, exatamente na medida do seu afastamento em relação ao ‘nacional’, contrapondo, de um lado, ‘índios’ e ‘negros’ como os que viriam a ser nacionais e, de outro, os que já eram brasileiros. (...) aqueles que já eram brasileiros eram, constantemente, referidos como branco/cristão/proprietário/homem livre/cidadão, em contraposição àqueles ‘índios’ e ‘negros’, cujos destinos ‘os já brasileiros’ deveriam decidir.” (RAMOS, 2002, p. 135)

²³ “A fome, a peste e a guerra associaram-se para submeterem os pioneiros a provas de resistência. Ansiosos de juntar ouro, nas lavras, descuidavam-se os sertanistas da lavoura, cultivada por insuficiente minoria. Por isso, verificou-se em 23 carência de milho e de outros gêneros alimentícios. Agravou-se a falta em 25, quando não chegou monção alguma de São Paulo. A míngua de artigos de importação, o preço dos remanescentes elevou-se abusivamente, alcançando um frasco de sal o valor de meia libra de ouro” (id, *ibid*, p. 210).

²⁴ Há o apontamento de que não tendo a Coroa portuguesa condições para sustentar parte de seu território, teria Rolim de Moura “para melhormente apressar o engrandecimento da vila, o governador aplicou-lhe na construção os recursos próprios e os que pudesse obter por empréstimo” (id, *ibid*, p. 329).

através do Tratado de 1777, que realizava correções geográficas a posse da área pretendida pelos lusitanos. Algo que se assemelha a D. Aquino Corrêa, quando assume a presidência do Estado em 1915, sendo visto como “sobranceiro ao partidatismo”, e a partir disso dá sinais de conciliação ao conflito delineado no cenário político-administrativo do Estado²⁵.

Considerações finais

O artigo em si visou expor algumas das características pesquisadas do processo de formação da identidade mato-grossense a partir da colocação de trechos do livro de Virgílio Corrêa Filho, acompanhados da análise realizada por Osvaldo Zorzato e Gilmara Franco, em trabalhos que propuseram, respectivamente, um estudo sobre a memória historiográfica da região e o seu uso na política, e uma análise historiográfica de parte da produção de Corrêa Filho.

Acerca disso é notório que a obra de Virgílio Corrêa Filho, tem por objetivo, efetuar uma compilação de documentos, textos, obras, pesquisas e discursos proferidos por membros do estado ou de indivíduos cuja origem é externa, mas que foram incorporados ao senso de ser “mato-grossense” devido as suas ações ou características que estivessem de alguma maneira, vinculadas as concepções apropriadas e reproduzidas pela elite do local.

Desse modo esta obra permite a reprodução da “memória de consenso”, cujo fator de existência era legitimado pela produção, através do âmbito intelectual, de obras que valorizassem uma origem partida da colonização bandeirante e/ou europeia, em conjunto ao silenciamento de grupos minoritários da região, adentrando aí, também, uma postura de isolamento de todo indivíduo externo, que pudesse depor contra os princípios, ora instituído.

Referências:

ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

²⁵ O conflito em questão fora conhecido como “Caetanada” e mobilizado pelo então Presidente do Estado à época, o General Caetano de Albuquerque. Ante a divergências com o grupo situacionista, que o apoiou para assumir o governo, Albuquerque passou a realizar ações que privilegiavam o grupo opositor, que veio a tornar-se seu aliado. Entre as medidas estava o arrendamento dos ervais, no sul do Estado, até aquele momento eram propriedade privada da empresa Matte Laranjeira, que fazia parte do bloco situacionista. Sentindo-se prejudicada, juntamente com os políticos que estava a favor dela, houve a promoção, por via da Assembleia estadual, de um processo de *impeachment* de Caetano Albuquerque. Na tentativa de evitar um crescimento do problema para o âmbito nacional, o Presidente Wenceslau Braz, decretou a Intervenção Federal no Estado, sendo o interventor o Bispo D. Aquino Corrêa, a autoridade religiosa mais respeitada até então. Para mais informações ver: CORRÊA FILHO, *op. cit.*, p. 606-611.

- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso 1889-1943**. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1969.
- FRANCO, Gilmara Yoshihara. **A construção da identidade Mato-grossense na escrita de Virgílio Corrêa Filho (1920-1940)**. 2007. 132 p. Dissertação (mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.
- HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução: Maria Celia Paoli, Ana Maria Quirino. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: divisionismo e identidades (um breve ensaio)**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, V10, n°2, p. 149-184, 2006.
- RAMOS, Jair de Souza. **O Brasil sob o Paradigma Racial: Sociologia Histórica de uma representação**. In: PENA, Sérgio D. J. **Homo brasilis**. São Paulo: FUNPEC, 2002, pp. 131-148.
- VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica**. São Paulo: Editora HUCITEC; USP, 1997.
- ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. 1998. 181 p. Tese (Doutorado em História Social). FFLCH/Universidade de São Paulo, São Paulo.